



Apontamentos de Verão



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

O início deste quente Verão tem sido pródigo em notícias relacionadas com a fiscalidade e os direitos dos contribuintes. Umhas positivas, outras francamente negativas. Uma coisa é certa: pelo menos neste domínio o período que estamos a viver está longe de ser próprio de uma 'silly season'. Bem pelo contrário.

Comecemos, então, pelas más notícias, para depois escalpelizarmos os prós, mesmo que aparentemente ocultos, de algumas medidas anunciadas.

Primeiro foram os crónicos problemas do Portal das Finanças a penalizarem, um ano mais, os Técnicos Oficiais de Contas na entrega das declarações de IRC. No caso em concreto, a tutela demonstrou uma grande insensibilidade. A Ordem não tem interesse nenhum em gerar focos de conflitualidade com quem quer que seja, muito menos em termos de relacionamento institucional, mas hoje e no futuro coloca sempre em primeiro lugar os interesses dos profissionais da fiscalidade e da contabilidade e o reconhecimento pelo autêntico trabalho de serviço público que por vezes teima em não ser reconhecido.

Igualmente a merecer nota menos, a aprovação tardia, em Diário da República, da lei que aumenta em 1 ponto percentual os três escalões do IVA. O motivo da nossa contestação não é o acto em si de aumentar impostos, mas o facto de o diploma ter sido publicado na véspera de entrar em vigor, deixando na incerteza muitos contribuintes e, particularmente, muitos Técnicos Oficiais de Contas. O procedimento seguido pelas Finanças é de todo desaconselhável. Nada justifica a tardia publicação da lei. Aqui é preciso arrear o caminho para não repetir futuramente esta prática, nem que para tal seja necessário ajustar sistemas e equipamentos de máquina contributivas de forma a corresponder às exigências.

O governo também não andou bem no decreto-lei de execução orçamental que obriga os bancos a enviar ao Fisco o valor que cada cidadão recebe por ano em juros de poupanças. O executivo imiscui-se num assunto, a alteração ao Código do IRS, que é, para todos os efeitos, uma esfera de competência da Assembleia da República. Como foi denunciado, este é um caso flagrante de utilização indevida dos mecanismos que a lei prevê do levantamento do sigilo bancário.

Costuma-se dizer que o melhor está guardado para o fim. Talvez só um masoquista admita que gosta de pagar impostos, mas estando todos no mesmo barco, é inevitável, porque não dizê-lo, quase por dever patriótico, encarar com um sentimento misto de 'fair play' e responsabilidade esta medida que os políticos argumentam ser de último recurso. Mesmo que não nos dissessem, teríamos sérias razões para desconfiar. A ânsia de antecipar receitas é patente. Por isso, não compreendo os que dizem, como se tivessem descoberto a pólvora, que este é um aumento de impostos encapotado, quando é óbvio que é às claras, sem nada para esconder. Aliás, em nome da transparência, nem podia ser de outra maneira.

A redução das deduções e dos benefícios fiscais, com repercussões já a partir de Janeiro de 2011, é mais um passo para o aumento da carga fiscal, com especial incidência nos sacrificados do costume, as classes médias.

Em jeito de conclusão, vale a pena realçar um aspecto que até pode agradar a muitos contribuintes. A subida do IRS, já em Janeiro, tem uma vertente que acaba por trazer algumas vantagens. Senão vejamos: quem tem de pagar imposto vai conseguir diluir no tempo o montante global que tem que liquidar no final do exercício, quando fizer o encontro de contas com o Estado.

O Verão ainda agora começou. A avaliar pelo frenesim de actividade demonstrado pelos serviços da administração fiscal e do Ministério das Finanças nas primeiras semanas da época estival, não haverá grande margem para descanso das respectivas máquinas e dos colaboradores que a compõem. Aqui estaremos a dar conta de futuras novidades. ■